



ănimă  
EDUCAÇÃO



# ***PORTARIA 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019***

ã

## ***COMPARAÇÃO COM PN 1.428/2018***

***Alteração no requisito que existia desde a origem (para 20%)\****

### **Antes (PN 1.428)**

Art. 2º

As IES que possuam pelo menos 1 (um) curso de graduação reconhecido poderão introduzir a oferta de disciplinas na modalidade a distância na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

### **Depois (PN 2.117)**

Art. 2º

As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

\*Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016

## **COMPARAÇÃO COM PN 1.428/2018**

### **Desnecessidade de ser credenciado para EAD**

#### **Antes (PN 1.428)**

Art. 3º

O limite de 20% (vinte por cento) definido art. 2º poderá ser ampliado para até 40% (quarenta por cento) para cursos de graduação presencial, desde que também atendidos os seguintes requisitos:

I - a IES deve estar credenciada em ambas as modalidades, presencial e a distância, com Conceito Institucional - CI igual ou superior a 4 (quatro);

#### **Depois (PN 2.117)**

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

§ 4º Os processos de pedidos de autorização de cursos ofertados por IES não credenciada para EaD, em que houver previsão de introdução de carga horária a distância, não serão dispensados de avaliação externa in loco.

## ***COMPARAÇÃO COM PN 1.428/2018***

### ***Mudança dos critérios de qualidade – mais flexível***

#### **Antes (PN 1.428)**

Art. 3º

...

II - a IES deve possuir um curso de graduação na modalidade a distância, com Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro), que tenha a mesma denominação e grau de um dos cursos de graduação presencial reconhecidos e ofertados pela IES;

III - os cursos de graduação presencial que poderão utilizar os limites definidos no caput devem ser reconhecidos, com Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro); e

#### **Depois (PN 2.117)**

Art. 7º Na fase de Parecer Final dos processos de autorização de cursos presenciais, a possibilidade da oferta de carga horária a distância, até o limite de 40% da carga horária total do curso, além dos critérios estabelecidos pela Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, está sujeita à obtenção, pelo curso, de conceito igual ou superior a três em todos os indicadores a seguir:

- I - Metodologia;
- II - Atividades de tutoria;
- III - Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; e
- IV - Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC.

## ***COMPARAÇÃO COM PN 1.428/2018*** ***Restrição de área apenas a Medicina***

### **Antes (PN 1.428)**

#### **Art. 6º**

A possibilidade de ampliação da oferta de disciplinas na modalidade a distância, definida no art. 3º, não se aplica aos cursos de graduação presenciais da área de saúde e das engenharias.

### **Depois (PN 2.117)**

#### **Art. 1º**

Esta Portaria dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, com observância da legislação educacional em vigor.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos cursos de Medicina.

## ***COMPARAÇÃO COM PN 1.428/2018***

***Divulgação – maior clareza sobre o legado***

### **Antes (PN 1.428)**

Art. 8º

A oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais, conforme disposto nesta Portaria, deve ser informada previamente aos estudantes matriculados no curso e divulgada nos processos seletivos, devendo ser identificadas, de maneira objetiva, disciplinas, conteúdos, metodologias e formas de avaliação.

### **Depois (PN 2.117)**

Art. 5º

A oferta de carga horária na modalidade de EaD em cursos presenciais deve ser amplamente informada aos estudantes matriculados no curso no período letivo anterior à sua oferta e divulgada nos processos seletivos, sendo identificados, de maneira objetiva, os conteúdos, as disciplinas, as metodologias e as formas de avaliação.

Parágrafo único. Para os cursos em funcionamento, a introdução de carga horária a distância deve ocorrer em período letivo posterior à alteração do PPC.



## **Novidades**

### **Restrição a autonomia para não credenciadas**

§ 4º Os processos de pedidos de autorização de cursos ofertados por **IES não credenciada para EaD**, em que houver previsão de introdução de carga horária a distância, **não serão dispensados de avaliação externa in loco**.

§ 5º As universidades e os centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto no art. 41 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, devem registrar o percentual de oferta de carga horária a distância no momento da informação de criação de seus cursos à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES-MEC.

***Novidades***

***Local da oferta de atividades presenciais***

Art. 3º Todas as atividades presenciais pedagógicas do curso que ofertar carga horária na modalidade de EaD devem ser realizadas exclusivamente no endereço de oferta desse curso, conforme ato autorizativo.



**Novidades**  
**Papel do MEC**

Art. 9º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior disponibilizará em até **sessenta dias** as funcionalidades do Sistema e-MEC necessárias para a implementação das disposições previstas nesta Portaria.

Dia 10/2/2020

## ***Resoluções 33 a 37 de 18/12/2019 (publicadas em 27/12/2019)***

- Resolução 33: trata do P-FIES, derruba os requisitos de renda, ENEM, deixa a critério do agente financiados
- Resolução 34: altera critérios acadêmicos para o FIES:

Art. 1º Para participação dos estudantes nos processos seletivos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) a partir do primeiro semestre de 2021, observadas as demais normas estabelecidas pelo Ministério da Educação, será exigida:

I - média aritmética das notas nas cinco provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) igual ou superior a quatrocentos e cinquenta pontos; e

***II - nota na prova de redação do Enem igual ou superior a quatrocentos pontos.***

## ***Resoluções 33 a 37 de 18/12/2019 (publicadas em 27/12/2019)***

- Resolução 35: alterações para transferências

### **Antes (Res 2/2017)**

Art. 1º

§ 1º O estudante que transferir-se de IES permanecerá com o Fies desde que a instituição de ensino superior de destino concorde em receber o estudante e esteja com adesão ao Fies vigente e regular no momento da solicitação da transferência.

### **Depois (Res 35/2019)**

"Art. 1º

§ 1º O estudante que transferir-se de IES permanecerá com o Fies desde que haja **anuência das instituições envolvidas**, devendo a instituição de ensino superior de destino estar com adesão ao Fies vigente e regular no momento da solicitação da transferência.



## ***Resoluções 33 a 37 de 18/12/2019 (publicadas em 27/12/2019)***

- Resolução 35: novas regras para transferências:
  - transferência somente será permitida no caso em que a média das notas obtidas pelo estudante no Enem, utilizada para sua admissão ao Fies, for igual ou superior à média do último estudante pré-selecionado no curso de destino no processo seletivo mais recente do programa em que houver estudante pré-selecionado para o financiamento estudantil.
  - transferência somente poderá ser efetuada para curso de destino em que já houver estudantes pré-selecionados nos processos seletivos do Fies por meio da nota do Enem

## ***Resoluções 33 a 37 de 18/12/2019 (publicadas em 27/12/2019)***

- Resolução 36: estabelece regras para cobrança judicial, incluindo obrigando a cobrança de fiadores, entre outros detalhes
- Resolução 37: plano trienal e quantitativo de vagas
- com apoio na NOTA TÉCNICA Nº 3/2019/COFIN/CGSUP/DIGEF/FNDE, estabeleceu-se 100 mil vagas para o exercício de 2020 e para 2021 e 2022 a quantidade indicativa de 54 mil vagas

ănima  
EDUCAÇÃO

